SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Segunda-feira, 3 de maio de 2010 - Número 378 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833



Para quebrar o bloqueio do governo, servidores confirmam greve a partir do dia 6

Reunião ampliada da federação nacional (Fenajufe) aprova greve por tempo indeterminado pela aprovação do PCS-4 e contra o congelamento salarial

Agora é greve. Os servidores do Judiciário federal e do MPU ratificaram a decisão do Congresso Nacional da categoria e aprovaram o início da greve por tempo indeterminado para o dia 6 de maio, próxima quinta-feira.

Representantes de 27 sindicatos do país, reunidos em Brasília, neste domingo 2, avaliaram que só a greve poderá forçar o governo a negociar e suspender o bloqueio que faz à tramitação dos projetos de lei que revisam os planos de cargos e salários da categoria (PL 6613/2009, do Judiciário, e PL 6697/2009, do MPU).

"O projeto foi retirado no dia 28 da pauta [da Comissão de Trabalho] por imposição do governo e temos que responder com greve", disse Ana Luiza Figueiredo Gomes, diretora do Sintrajud e da federação nacional (Fenajufe), ao defender a aprovação da data. "Greve já foi o grito unitário do congresso da categoria", recordou, referindo-se à decisão do 7º Congrejufe, realizado no final de março, em Fortaleza. "A categoria está perguntando: quando é que começa a greve", disse.

Na reunião ampliada realizada na manhã e tarde deste domingo, 2, não houve dúvida quanto à necessidade da greve, reafirmada por praticamente todos os 43 servidores (dos 115 delegados de diversos estados do país), que se inscreveram para falar sobre a campanha pelo PCS.

No entanto, havia dúvida quanto à data de início da greve, com duas propostas apresentadas: início no dia 6 ou a partir do dia 12. Prevaleceu, ao final, a indicação do dia 6, com instalação já na quinta-feira do Comando Nacional de Greve.

Os relatos dos representantes dos sindicatos indicam que em muitos estados a categoria já havia deliberado pelo inicio da greve no dia 6. Isso, porém, não é homogêneo, já que outras assembleias aprovaram outras datas, como o dia 3 no Amazonas e o dia 12 em Brasília.

A perspectiva é de que quem não conseguir iniciar a paralisação no dia 6 trabalhe pela adesão nos dias subsequentes.

Durante a reunião, os servidores destacaram outro aspecto relevante para o início imediato da greve: o projeto de lei que pode congelar os salários dos servidores por dez anos, já aprovado no Senado, por unanimidade, no ano passado. "Vem um trem nos atropelando, que é o [PLP] 549 do congelamento. Se não reagirmos já, [amanhã] podemos ter toda a bancada do governo Lula, toda bancada do Serra, votando contra nós. A eventual aprovação do PLP 549 pode inviabilizar a revisão salarial do Judiciário e MPU", disse o presidente do Sindicato dos Servidores do Mato Grosso, Pedro Aparecido

Diante disso, a categoria vai à greve pela aprovação da revisão salarial e contra o congelamento que o governo Lula tenta impor ao funcionalismo.

Governo trava PCS apesar de pressão dos servidores

Valcir Araújo



O governo Lula não permitiu que o PL 6613/09 (PCS), que se contrapõe à proposta do Planalto de congelamento, fosse aprovado, na quarta-feira 28, na CTASP, primeira comissão na Câmara.

Em um plenário lotado de servidores de diversos estados do país, o PL foi retirado de pauta porque corria o risco de não ser aprovado por conta dos votos da bancada governista.

Não foi definida nova data para que ele retorne à pauta, o que pode ou não ocorrer na próxima sessão. "O governo não quer aprovar e alega que é preciso negociar o problema orçamentário já, não quer que a proposta tramite sem a solução para o problema orçamentário", relatou Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud e da Federação.

"Não somos contra ter uma negociação agora, mas se vai negociar já tem que negociar com greve", defende. "O que está óbvio é que a proposta do governo para nós servidores é o congelamento", constata.

Greve: todos servidores têm direito, afirma STF

Em fevereiro deste ano, o STF julgou, por maioria, procedente ação movida pela Cobrapol (Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis) para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do decreto 1.807/2004 do governador de Alagoas, que determinava a exoneração imediata do servidor público em estágio probatório, caso ficasse comprovada sua participação na greve.

De acordo com a decisão, "salientou-se inicialmente, o recente entendimento firmado pela Corte em vários mandados de injunção, mediante o qual se viabilizou o exercício do direito de greve dos servidores públicos, por aplicação analógica (direito de greve), e concluiu-se não haver base na Constituição Federal para fazer distinção entre servidores públicos estáveis e não estáveis, sob pena de afronta, sobretudo, ao princípio da isonomia".

Para a diretora do Sintrajud e servidora da JT/Barra Funda Leica Silva, essa decisão reforça o que o Sindicato vem falando a muito tempo de que o direito de greve abrange todos os trabalhadores. "Os servidores estão em mobilização pelo PCS e com certeza vão entrar em greve. Essa decisão deixa os novos servidores mais seguros para lutarem por seus direitos", afirma Leica Silva

Página 03
Servidores realizam paralisação de 24 horas

Página 04
Servidores no 2º Congresso da Conlutas

Página 04
1º de Maio independente e classista

Opinião do Sintrajud

Usina Belo Monte: Capital X Natureza

Mesmo com os protestos de entidades ambientalistas, movimentos sociais e da população indígena do Xingu, o governo federal concluiu o leilão para o consórcio da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Na semana dos povos indígenas, no dia 20 de abril o leilão foi realizado, indicando que a obra, há mais de 20 anos no papel, irá sair. Mas o leilão põe em evidência o modelo de desenvolvimento que o governo Lula continuou a implantar no país, com trágicos impactos ambientais e sociais.

Na busca por garantir a realização do leilão, Lula usou os mesmos artifícios que Fernando Henrique. Interferiu diretamente na formação dos consórcios, manipulando o comportamento dos fundos de pensão públicos, pressionando empresas privadas como a Vale para participar da licitação. Mas não parou por aí: para viabilizar o leilão deu isenção de 75% do Imposto de Renda para o empreendimento e mandou o BNDES financiar 80% do valor do investimento. Só para lembrar, de acordo com as normas operacionais do BNDES, o valor do financiamento de qualquer projeto pode chegar no máximo a 60% do total. Mas para atender a ganância dos empresários, o governo passou por cima de qualquer regra.

O pior que não é só o dinheiro que está em jogo: é o meio ambiente como um todo. Não são simplesmente homens e mulheres que destroem a natureza. Mas, políticas como essa patrocinada pelo governo Lula no Xingu terão impacto brutal no meio ambiente e aos povos da floresta. Sem dúvida essa obra vai representar um dos maiores ataques à ecologia das últimas décadas. Segundo estudo de cientistas ligados ao meio ambiente, calcula-se que a usina fará sumir cerca de 50 mil hectares da floresta amazônica.

A usina fará sumir cerca de 50 mil hectares de floresta

Além disso, a construção da Belo Monte, vai diminuir a vazão do rio provocando a morte de espécies de peixes, que servem de alimento e de base para a economia local.

Esse é o legado que nossos sucessivos governantes tem deixado para as futuras gerações. Por isso, o Sintrajud defende a luta dos povos indígenas que estão firmes na defesa da natureza, do meio ambiente e da humanidade.

"Só quando o homem branco destruir a floresta, matar todos os peixes, matar todos os animais e acabar com todos os rios, é que vão perceber que ninguém come dinheiro", essa frase, que consta na carta de protesto dos povos indígenas contra a construção da usina Belo Monte, no Xingu (PA), resume bem o ideário do sistema capitalista: privilegiar o capital em detrimento do homem e da natureza. O homem branco no caso são os grandes banqueiros e empresários.

IMAGEM DA SEMANA PEDRO LADEIRA/FOLHA IMAGEM



Servidores do Judiciário Estadual entraram em greve na semana passada

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Construir a greve para superar o congelamento salarial

***Adilson Rodrigues**

Os salários dos servidores do Judiciário Federal estão congelados desde dezembro de 2008, quando caiu a última parcela do PCS 3.

Como persiste o desrespeito à data base e a falta de uma política salarial para o funcionalismo, foi aberta nova negociação com os tribunais superiores em fins de 2007, buscando elaboração de proposta de Plano de Carreira que garantisse avanços na democratização das relações de trabalho, bem como mantivesse atualizados os salários dos servidores do Judiciário Federal.

Ocorre que a negociação alongou-se excessivamente, pela dificuldade de fazer avançar qualquer discussão sobre a carreira com os tribunais superiores, que não estavam dispostos a abrir mão da atual forma de "controle" dos servidores, que não contam com definição clara das atribuições dos cargos que ocupam, convivem com falta de critérios para desenvolvimento e profissionalização na carreira, bem como inexiste critérios objetivos para ocupação das FCs/CJs, etc.

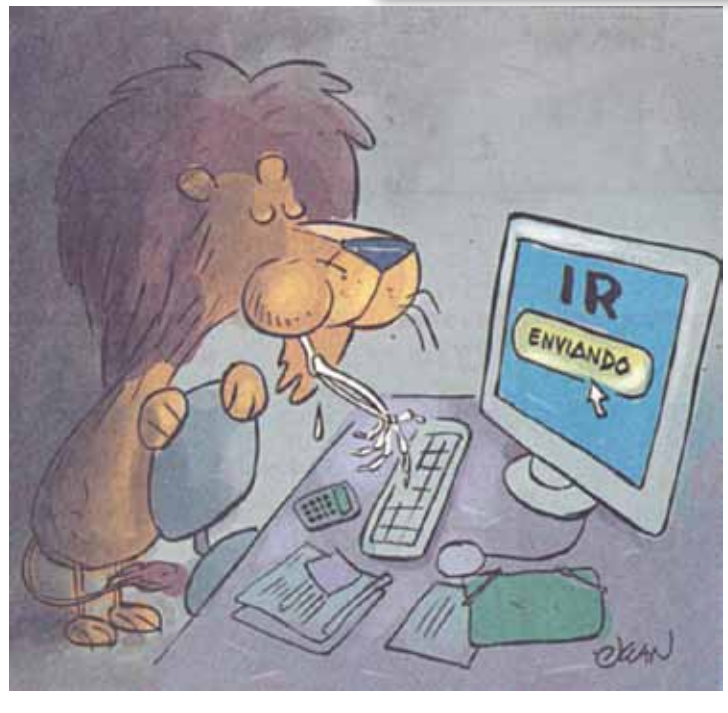
Diante do impasse e do atraso na negociação, foi definido prioridade para elaboração de novo PCS, que buscasse contemplar apenas a atualização dos salários, postergando a discussão sobre Plano de Carreira para outro momento. Claro que de roldão, os tribunais tentaram empurrar goela abaixo as modernas armadilhas salariais fundamentadas no produtivismo, que dividiam e excluiam segmentos da categoria, como aumento em forma de gratificação de desempenho, prêmio de produtividade, quebra da paridade entre ativos e aposentados e outras. Para superar tamanho retrocesso e garantir o pronto encaminhamento do projeto ao Congresso, tivemos que organizar uma forte greve nacional da categoria em fins de 2009, que durou 15 dias e garantiu a correção de parte do projeto e o seu encaminhamento ao Congresso Nacional em 11/12/09.

Decorridos mais de 04 meses do inicio da tramitação do projeto e vendo decorrer o prazo para aprovar o projeto ainda neste primeiro semestre, antes que o Congresso Nacional esvazie-se por conta da copa do mundo, eleições e recesso de meio de ano, todos os servidores estão chamados a organizar a greve no seu local de trabalho, para garantir a finalização da negociação que garanta orçamento suficiente para entrada em vigor do novo PCS ainda este ano.

Você não vai ficar fora desta batalha, colocando em risco a atualização dos salários de 117 mil servidores/as de todo o país, não é mesmo?

***Servidor da JF Santos, Diretor Base Sintrajud Foi dirigente do Sintrajud e Fenajufe**

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.



Coluna Social

porque de socialista já basta o jornal

By J. Fever

Bolas pro TRF

Gentchiii, tô bege! Estive num convescote em Paris e me contaram lá, que aquí, no terciere monde, não precisa ser alfabetizado pra ter salário decente. No judy, par exemple, conta mais um curso de massoterapia tailandesa que um MBA em Harvard para se chegar a acessor - que significa literalmente "o que faz algo subir". E olha que eu passei a vida inteira que papá me deu falando mal do presidente porque ele não tinha deproma e defendendo a tucanagem da Sorbonne.

Bom, quem me contou isso foi gente do Sans Culotte, ou seja, o povo. E tudo bem que o povo me falou em tom de pura blague, querendo falar do meu pátrio torrão espúrio, mas eu fiquei gasparzinho de raiva mesmo é porque o povo acha que tem que ter gente inteligente, formada, digna, ética e competente ocupando cargos importantes na administração dos Tribunais. Eu discordo totalmente, gentchi. Ou não, ou outra coisa qualquer, como diria Caetucano. A verdade nua e crua é que beleza não põe a mesa, quem põe é a criadagem e a criadagem não é bonita mesmo, fazer o quê. Agora imagina se eu vou trazer umas mucamas de London e fazê-las se alfabetizarem numa língua horrorosa como a dos Brasileiros? Tem dó. Sejamos francos, meu povo: Quem sabe escrever, vira escrivão; quem não sabe, vira acessor. Simples assim. E depois, num país católico como o nosso, nada como ser franciscano pra se dar bem: haddando que se recebe, né?

Dia Nacional de Luta

Servidores param pelo PCS e contra o congelamento

Na última terça-feira, 27, houve paralisação em diversos locais do estado e ato unificado na Av. Paulista

Wladimir aguiar



Jesus Carlos



Os servidores de vários órgãos do funcionalismo em luta contra o PLP 549/09

Os servidores do Judiciário estão firmes na luta pelo PCS. Na última terça-feira, 27, na Capital, Santos e Taubaté houve paralisação de 24 horas como parte das atividades do Dia Nacional de Luta pela aprovação do PCS e contra o PLP 549, que congela o salário do funcionalismo. Em outros estados também houve paralisações, atos nos tribunais e vigílias.

Na capital, nos prédios do TRE, JT/Barra Funda, TRF e JF/Fórum Pedro Lessa diversos setores ficaram parados. Em Taubaté, 100% dos servidores aderiram à greve de 24 horas. Na JF Santos, com exceção da 6ª Vara, que se encontra em Inspeção, as outras cinco varas, o setor administrativo do fórum e o Juizado Especial Federal pararam suas atividades. A JT/Santos, os servidores também paralisaram parcialmente o fórum e, em comitiva, foram se juntar aos servidores da JF.

Para os servidores, essa foi só a primeira paralisação, que deverá crescer. "Em maio acho que vai ser forte, lembro que o PCS-3 começou mais fraco, dessa vez acho que tem mais colegas participando", afirma o servidor do TRE Adriano Barbosa.

A diretora do Sintrajud e servidora do TRE Maria Cecília acredita que não há opção, senão lutar: "Estamos entre o congelamento salarial ou o PCS. Não há escolha, temos que brigar para que o projeto de congelamento seja engavetado definitivamente e os trabalhadores do TRE compreenderam isso".

Os servidores do TRF e da JF também engrossaram o dia de luta com paralisações em alguns setores e participação no ato realizado em frente ao escritório de Representação do Governo Federal (ver matéria abaixo). "Essa não é uma luta apenas pela revisão salarial dos servidores, é também um movimento em defesa do serviço público", destaca Cléber Aguiar, diretor do Sindicato e servidor do TRF.

No TRT a mobilização também foi considerada bastante positiva. Para a diretora do Sintrajud e servidora da JT/Barra Funda Inês Leal, a paralisação de 24 horas foi apenas o início de um grande movimento que vem pela frente. "Acredito que sem uma forte mobilização, o governo não vai atender as nossas reivindicações. Só a greve garantirá nossa vitória", ressaltou.

A diretora do Sintrajud Leica Silva também considerou importante a mobilização e ressaltou também que a população precisa estar junto nessa luta, pois está em jogo a defesa do serviço público.

Em Taubaté e em Santos os servidores também estão consciente da necessidade de avançar na mobilização e paralisação 100% as atividades da Justiça Federal. "Em Santos apenas a 6ª Vara, que estava em inspeção, não aderiu ao movimento nesta terça-feira, mas com certeza estaremos todos juntos quando for deflagrada a greve por tempo indeterminado", ressaltou Adilson Rodrigues, diretor de base do Sintrajud

OJAFs estarão na greve

Wladimir Aguiar



Com uma participação crescente, o Núcleo de OJAFs define táticas para construir a paralisação por tempo indeterminado

Após o ato de quarta-feira no TRF-3, o Núcleo dos Oficiais de Justiça do Sintrajud se reuniu para debater formas do segmento ajudar na construção da greve.

Com uma crescente participação nas atividades convocadas pelo Sintrajud, os OJAFs tem agora o desafio de ajudar a construir uma grande greve, já que "o governo se posicionou contrário ao reajuste dos servidores do Judiciário", disse Erlon Sampaio, diretor do Sintrajud, coordenador do Núcleo.

Segundo Erlon, que também é presidente da Assjaf-SP, na reunião, foi reafirmada a importância de estar nas paralisações. "Saímos com o compromisso de fazer um trabalho de conscientização para fazermos uma das maiores mobilizações pela aprovação do PCS", disse. Ele também disse que os OJAFs estarão em luta pelo arquivamento do PLP 549/09 que prevê congelamento de salários.

Contra o PLP 549/09

Servidores criticam governo em ato na Av. Paulista

Mais de 500 servidores de diversas categorias em luta participaram do Ato Unificado realizado no dia 27, em frente ao prédio do Banco do Brasil, onde funciona o escritório de Representação do Governo Federal. Funcionários do Incra, do Ibama, da DRT, Ipen (Instituto de Pesquisa Nuclear) e do INSS, se uniram aos servidores do Judiciário Federal na luta contra o PLP 549/09, que congela o salário do funcionalismo por 10 anos, e em defesa do serviço público.

Concentrados desde às 12h no TRF, os servidores da Justiça Federal foram em passeata até o prédio do Banco do Brasil, onde já estavam trabalhadores das demais categorias. Em seguida, chegaram os servidores do TRE e TRT/Barra Funda para fortalecer ainda mais o campanha contra o PLP 549.

O diretor do Sindsef (Sindicato dos Servidores Públicos Federais) Carlos Daniel também criticou o governo. Segundo ele, Lula não tem tempo para negociar com os trabalhadores, mas conseguiu que o Senado aprovasse "na calada da noite" o PLS 611, que agora tramita na Câmara como PLP 549/09. "O nosso papel nesse país é primordial. A luta é nossa principal arma, vamos nos manter unidos e mobilizados" disse.

O diretor de base do Sintrajud e servidor do TRE Renato Ribeiro começou seu discurso solicitando aos manifestantes que dessem "uma grande vaia" aos senadores que votaram a favor do projeto que congela os salários, no que foi prontamente atendido.

Apoio à luta dos servidores

Para dar apoio à luta dos trabalhadores, estiveram presentes os pré-candidatos à presidência da República José Maria de Almeida (PSTU), o Zé Maria, e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL).

Zé Maria parabenizou a luta dos servidores e ressaltou que essa política do governo federal leva ao desmonte do serviço público em todo país. "Esse mesmo governo que diz que não pode dar aumento para o trabalhador porque não tem orçamento pegou R$ 370 bilhões dos cofres públicos para dar para banqueiros e grandes empresários. Então o problema não é de orçamento é de para quem Lula governa", criticou.

Plínio também se solidarizou à luta dos servidores e lembrou que o PLP 549 "é absolutamente inconstitucional". "Essa não é uma política isolada de Lula é uma imposição do FMI e mostra a subserviência desse governo", disparou.

Operários do Direito



No próximo dia 12/04 o Coletivo de Saúde do Sintrajud realiza um debate e lançamento do livro "Os Operários do Direito", do professor Herval Pina Ribeiro do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina.

Sem shows, nem prêmios

1º de Maio na Sé demonstra unidade entre os trabalhadores para enfrentar ataques do governo

Com a participação da Conlutas, Intersindical, Pastoral Operária e outros movimentos sociais, ato foi mais um passo na construção de uma alternativa para os trabalhadores

Wladimir Aguiar



Servidores do Judiciário Federal no 1º de maio

A comemoração do 1º de Maio, na Praça da Sé contou com os servidores do Judiciário Federal que, junto com outros servidores, com trabalhadores da iniciativa privada, sem-tetos, professores e estudantes, protestaram contra os ataques dos governos, principalmente os do governo Lula, que pretende congelar os salários dos servidores com o PLP 549/09.

Diferentemente dos shows-atos realizados pela CUT, Força Sindical; na manifestação da Praça da Sé não houve sorteios de carros ou de apartamentos. Na opinião da servidora do TRF-3 Cleide Navas, que esteve no ato, a manifestação que aconteceu na Sé conseguiu reunir os trabalhadores que querem "se manifestar contra os desmandos do governo e dos patrões e que põem a cara na rua".

Contando com diversas categorias, muitas delas em greve, como os servidores do Ibama, o ato da Sé também expressou a unidade entre a Conlutas, a Intersindical, a Pastoral Operária e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Representando a Conlutas, o bancário Dirceu Travesso afirmou ter muito orgulho de estar junto com esses setores que desde 1999 realizam o ato do 1º de Maio na Praça da Sé, quando ainda dentro da CUT combatiam aquele tipo de sindicalismo que já caminhava para os braços do empresariado.

"Este ato aponta a necessidade de construir uma alternativa de resistência e de luta no país. Para isso é preciso avançar na unidade dos setores que lutam", afirmou se referindo ao congresso de unificação que pode colocar numa mesma central a Conlutas e a Intersindical e outros setores.

A diretora do Sintrajud e servidora da Justiça do Trabalho Inês Castro opina que o ato na Sé reforça os representantes do movimento popular e sindical que não se renderam aos governos, ou à conciliação com os empresários, recebendo dinheiro deles. "Neste ato estão aqueles que priorizam a luta e a mobilização como forma de alcançar conquistas e transformações na sociedade", disse.

Reorganização

Servidores elegerão seus delegados para 2º Congresso da Conlutas

Assembleia na próxima semana vai definir os representantes do Judiciário em São Paulo

Será em meio à greve que os servidores do Judiciário Federal elegerão seus delegados ao 2º Congresso da Conlutas, que acontece nos dias 3 e 4 de junho, em Santos, litoral paulista. A assembleia que elegerá os delegados do Sintrajud vai acontecer na próxima semana.

O 2º Congresso da Conlutas será um marco importante para os trabalhadores, pois nele será debatido o balanço da construção da Coordenação Nacional de Lutas, sobretudo o papel desempenhado na luta de classes nos últimos anos no país. Outro aspecto importante, de acordo com Ana Luiza, diretora do Sintrajud e da Fenajufe, é que os delegados do 2º Congresso da Conlutas definirão a participação da entidade no congresso de unificação. Na opinião de Ana Luiza, a participação dos servidores no 2º Congresso da Conlutas será importante pela experiência acumulada pela categoria desde a Reforma da Previdência, quando os setores do funcionalismo começaram a romper com a CUT, que apoiou o governo em vez de lutar junto com os servidores. "A nossa participação no processo de reorganização fortalecerá ainda mais a entidade que deverá surgir do Congresso de unificação", concluiu.

Conlutas e Intersindical juntas

Após o 2º Congresso da Conlutas, acontecerá o Congresso da Classe Trabalhadora que pretende unificar em uma mesma entidade nacional a Conlutas, a Intersindical, entre outros movimentos sindicais e populares. Ana Luiza recorda que desde o início a Conlutas trabalha para unificar as entidades que rompem com a política governista da CUT, entretanto ela explica que a experiência com esta política acontece de forma diferente em cada um dos setores organizados e esclarece: "A Conlutas incorporou aqueles que primeiro romperam com a CUT; outros companheiros, que ainda tinham expectativas de disputar a CUT por dentro, fizeram as suas experiências e agora temos a possibilidade de construir uma central sindical e popular muito superior a que temos hoje", explicou.



Wladimir Aguiar

1º Congresso da Conlutas, em 2006

Servidores na mobilização pelo PCS e no CONAT

Em maio de 2006, nas mobilizações pelo PCS-3, a categoria participou do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) e no dia 15 de maio o Jornal do Judiciário assim noticiou: "CONAT funda Conlutas, central de todas as lutas", e destacava o apoio total da entidade à greve do Judiciário Federal.

Realizado em Sumaré, o CONAT reuniu 3.500 trabalhadores de diversas categorias de todo o país e deu início a uma forma inédita no país de organização sindical, popular e estudantil. Foi aprovado que Conlutas seria dirigida por uma coordenação de entidades e abarcaria trabalhadores do setor público e privado, do campo e da cidade, além dos movimentos sociais e estudantil.

Jornal do Judiciário **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo**

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000